

ANEXO 16

CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DOS COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS CONSTITUÍDOS PELOS AEROPORTOS INTEGRANTES DO BLOCO NOROESTE E BLOCO SUDESTE.

1. Conceitos Básicos

- 1.1. Este ANEXO tem por objetivo definir as condições fundamentais para a devolução do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO ao ESTADO DE SÃO PAULO, (ou à União, se o caso) pela CONCESSIONÁRIA ("DEVOLUÇÃO"), ou à Concessionária que porventura a suceda (doravante denominada "SUCESSORA" e "TRANSFERÊNCIA", respectivamente).
- 1.2. Aplica-se subsidiariamente às disposições deste ANEXO, e no que couber, as orientações previstas no PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL, na medida em que possam auxiliar no processo de DEVOLUÇÃO ou TRANSFERÊNCIA do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, bem como dirimir dúvidas existentes.
- 1.3. Assim, para fins de cumprimento deste ANEXO, as menções e regramentos referentes à DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO aplicam-se, também, em caso de TRANSFERÊNCIA total ou parcial do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO.
- 1.4. Ademais, todas as menções à TRANSFERÊNCIA e/ou à SUCESSORA serão aplicáveis se, a qualquer momento antes do término da CONCESSÃO, houver processo licitatório já finalizado e, portanto, com vencedor declarado, que tenha por objeto, integral ou parcial, todo ou parte do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO compreendido pelo BLOCO [NOROESTE ou SUDOESTE]. Neste caso, entende-se por TRANSFERÊNCIA a transmissão direta, do todo ou parte, do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, conforme objeto do processo licitatório finalizado, da CONCESSIONÁRIA para a SUCESSORA. A disposição desse item é ressalvada pelo dispositivo do art. 16, da Lei Estadual nº 16.933/2019.
- 1.5. Ficam, portanto, aqui estabelecidas, as especificações aplicáveis sobre o estado de conservação/manutenção/operação para cada uma das estruturas existentes dentro de cada AEROPORTO integrante do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, o que abrange todas as instalações localizadas no lado ar e no lado terra dos respectivos AEROPORTOS, inclusive aquelas utilizadas para a obtenção de RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS.
 - 1.5.1. A CONCESSIONÁRIA, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter os INDICADORES DE QUALIDADE DE SERVIÇO e o cumprimento de demais obrigações contratuais durante o PRAZO DA CONCESSÃO, deverá devolver e/ou transferir o COMPLEXO AEROPORTUÁRIO em bom estado de conservação e operação, com a atualização adequada e garantia de vida útil por 24 (vinte e quatro) meses, a contar da zero hora do dia seguinte à extinção da Concessão, ressalvadas as hipóteses específicas previstas expressamente neste ANEXO, bem como os equipamentos, cuja vida útil seguirá o disposto no ANEXO 02. No período entendido como vida útil não serão realizados serviços de recuperação e/ou reforços.
- 1.6. Todo o COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e os BENS REVERSÍVEIS devem ser devolvidos e/ou transferidos, em perfeita adequação com as normas, instruções de projeto, portarias e padrões da ANAC, ARTESP, DAESP, e ABNT, que estejam vigentes à época da extinção da Concessão e, subsidiariamente, com as normas internacionais correlatas para sistemas aeroportuários de características similares, vigentes ao tempo do cumprimento das respectivas obrigações contratuais, conforme apurado através dos parâmetros de atualidade dos serviços e dos INDICADORES DE QUALIDADE DE

SERVIÇO ao longo da CONCESSÃO.

- 1.7. O COMPLEXO AEROPORTUÁRIO poderá ser devolvido no todo ou em parte ao ESTADO DE SÃO PAULO, ou à União, ou transferido no todo ou em parte à SUCESSORA conforme decisão do ESTADO DE SÃO PAULO.
- 1.8. As especificações descritas a seguir devem ser entendidas como condições mínimas para a DEVOLUÇÃO e/ou para a TRANSFERÊNCIA e terão, ainda, como subsídio fundamental, os Memoriais Descritivos e Projetos Referenciais dos AEROPORTOS do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, disponíveis para consulta nos órgãos técnicos da ARTESP.

2. Descrição das Condições

2.1. Pistas

- 2.1.1 As pistas deverão ser devolvidas pela CONCESSIONÁRIA, de acordo com o padrão de qualidade exigido pelo ANEXO 02.

2.2. Instalações dos AEROPORTOS

- 2.2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, através do plano de conservação/manutenção para as instalações dos AEROPORTOS, garantir cumprimento das normas vigentes da ANAC, ARTESP, DAESP e ABNT, quanto às condições de segurança estrutural, funcionalidade e durabilidade das TPS e outras instalações devolvidas e/ou transferidas.

2.3. Sinalização

2.3.1. Sinalização Horizontal

- 2.3.1.1. A sinalização horizontal deverá apresentar vida residual de, no mínimo, 12 (doze) meses e as tachas refletivas deverão estar de acordo com as especificações operacionais.

2.3.2. Sinalização Vertical

- 2.3.2.1 A sinalização vertical deverá estar conforme projeto, adequada à época do término da CONCESSÃO.

- 2.3.2.2 As placas deverão apresentar, entre outras, as seguintes condições:

- i. Deverão estar limpas, isentas de poeiras e barro;
- ii. As películas deverão apresentar o nível de retro refletância especificado;
- iii. As placas não deverão estar cobertas por vegetação.

- 2.3.2.3 A sinalização deverá estar atualizada e compatível com as modificações de acessos, trevos ou outras vias de acesso que venham a ser implantadas ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO.

2.4. Obras de Drenagem

- 2.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá devolver e/ou transferir em plenas condições de conservação, de funcionamento e de operação todos os dispositivos de drenagem existentes no COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e instalações complementares.
- 2.4.2. Todo o sistema de captação e condução das águas pluviais devem ser limpos e revistos.
- 2.4.3. Desde os telhados, calhas, condutores verticais, e os sistemas externos com dutos e caixas de passagens e de inspeção devem estar completamente desobstruídos, e sem falhas ou rupturas.
- 2.4.4. As tampas das caixas, em concreto ou aço, deverão estar em boas condições de uso, sem danos ou ferrugens.
- 2.5. Equipamentos e Veículos
 - 2.5.1. Para a devolução e/ou TRANSFERÊNCIA DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO deverão ser considerados os quantitativos em operação para o devido cumprimento dos níveis de serviços exigidos, conforme CONTRATO DE CONCESSÃO.
 - 2.5.2. Quando da DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e/ou de sua TRANSFERÊNCIA, todos os Equipamentos e Veículos referidos no item 2.8.2 deverão estar 100% (cem por cento) operacionais.
 - 2.5.3. Anualmente, durante os 5 (cinco) últimos anos de CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP planilhas contendo as manutenções, revitalizações e trocas de componentes realizadas nos Equipamentos e Veículos referidos no item 2.8.2.
- 2.6. Canais de Comunicação e Relacionamento
 - 2.6.1. Todos os equipamentos e instalações relativos aos canais de comunicação e relacionamento com o usuário e com a ouvidoria deverão apresentar plenas condições de funcionamento e operação, inclusive com as licenças de sistemas de tecnologia e informática necessárias para a operação de todos os equipamentos válidos até, no mínimo, a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.
 - 2.6.2. Deverão fazer parte da DEVOLUÇÃO e/ou da TRANSFERÊNCIA todos os equipamentos do tipo móveis e utensílios considerados necessários para o desenvolvimento dos trabalhos nas edificações operacionais, tais como sede da CONCESSIONÁRIA, terminais de passageiros, etc., nos quantitativos previstos no CONTRATO, instalados e em perfeito estado de conservação.
- 2.7. Iluminação
 - 2.7.1. A iluminação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA deverá apresentar eficiência de 100% (cem por cento) na data de sua DEVOLUÇÃO e/ou TRANSFERÊNCIA.
 - 2.7.2. No último semestre do PRAZO DA CONCESSÃO, deverão ser feitas revisão e checagem completa de todo o sistema de iluminação das luzes de PPD, aproximação, áreas de estacionamento de aeronaves e outras, com relatório subscrito pelo representante legal da Concessionária atestando a funcionalidade do COMPLEXO

AEROPORTUÁRIO.

2.8. Instalações Operacionais e Equipamentos

2.8.1. Todas as instalações operacionais e de suporte do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, assim como os equipamentos a elas pertinentes, deverão apresentar plenas condições de funcionamento e operação, inclusive com as licenças de sistemas de tecnologia e informática necessárias para a operação de todos os equipamentos válidas até, no mínimo, a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

2.8.2. Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá atentar para as condições de funcionamento, de manutenção e de conservação de cada um dos itens abaixo discriminados, reportando-se às condições de funcionamento e operação previstas nos projetos padrão e especificações respectivas:

- i. Estruturas;
- ii. Impermeabilizações;
- iii. Alvenarias;
- iv. Coberturas;
- v. Forros;
- vi. Pisos;
- vii. Revestimentos e acabamentos;
- viii. Esquadrias e Vidros;
- ix. Instalações hidráulicas/sanitárias, louças e metais, inclusive;
- x. Instalações de combate a incêndio;
- xi. Instalações elétricas, lâmpadas, interruptores e espelhos, inclusive;
- xii. Iluminação;
- xiii. Sinalização;
- xiv. Equipamentos Mecânicos e Eletromecânicos;
- xv. Sistemas Moto geradores; e
- xvi. Equipamentos Eletrônicos.

2.9. Limpeza

2.9.1 Todas as dependências integrantes do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO objeto da CONCESSÃO deverão estar totalmente limpas, isentas de detritos, cargas derramadas, lixo e escória quando da devolução e/ou TRANSFERÊNCIA DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO.

3. Recebimento

3.1. Inspeção

- 3.1.1. Dois anos antes do encerramento da CONCESSÃO, a ARTESP formará e supervisionará uma COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, composta por representantes da ARTESP, da CONCESSIONÁRIA e, se existente, da SUCESSORA, em número paritário, tendo por finalidade acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à DEVOLUÇÃO e/ou à TRANSFERÊNCIA estabelecidas neste ANEXO.
- 3.1.2. Caso, no momento da formação da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, ainda não se tenha dado início ou, embora já iniciado, não esteja concluído o processo licitatório cujo objeto inclua nova concessão de parte, ou de todo, COMPLEXO AEROPORTUÁRIO objeto desta CONCESSÃO, a SUCESSORA será automaticamente integrada à COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO a partir da data de assinatura do novo contrato de concessão.
- 3.1.3. A COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO elaborará, em até 90 (noventa) dias contados da sua constituição, o primeiro Relatório de Vistoria e proporá à ARTESP, com a aprovação da CONCESSIONÁRIA e, se existente, anuência da SUCESSORA, os parâmetros que nortearão a DEVOLUÇÃO e/ou TRANSFERÊNCIA do todo ou parte do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 3.1.4. O Relatório de Vistoria previsto no item 3.1.3 acima retratará a situação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e poderá propor à ARTESP sua aceitação ou a necessidade de correções, antes de sua DEVOLUÇÃO ao ESTADO DE SÃO PAULO e/ou TRANSFERÊNCIA à SUCESSORA.
- 3.1.5. As eventuais correções serão efetivadas em prazos pré-estipulados pela ARTESP e acarretarão nova vistoria, após a conclusão dos serviços.
- 3.1.6. Tanto em caso de DEVOLUÇÃO do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO ao ESTADO DE SÃO PAULO, quanto em caso de sua TRANSFERÊNCIA à SUCESSORA, deverão ser observadas as regras previstas no item 4 deste ANEXO.
- 3.1.7. Em caso de TRANSFERÊNCIA, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO definirá a forma em que se dará a interação entre a CONCESSIONÁRIA e a SUCESSORA e a submeterá à aprovação da ARTESP no mês anterior ao início da Operação Assistida prevista no item 4.2 deste ANEXO.

3.2. Relatórios Parciais e Final

- 3.2.1. A cada 3 (três) meses, a partir da aprovação do Relatório de Vistoria elaborado nos termos do item 3.1.3 acima, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deverá elaborar e submeter à aprovação da ARTESP relatório parcial de execução dos trabalhos desenvolvidos, bem como um relatório de acompanhamento da execução das obras em andamento e de monitoramento de pavimento, atestando a qualidade do trabalho desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA ("Relatórios Parciais").
 - 3.2.1.1. Quando os trabalhos de correção dos ajustes apontados no Relatório de Vistoria forem finalizados, será elaborado Novo Relatório de Vistoria indicando as correções realizadas.

- 3.2.2. Concluídas as obras de correção e ajuste dos BENS REVERSÍVEIS e após a aprovação de novo Relatório de Vistoria conforme previsto no item acima, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deverá elaborar a cada 3 (três) meses, e submeter à aprovação da ARTESP, relatório parcial de manutenção das condições apresentadas no novo Relatório de Vistoria (“Relatórios Parciais de Manutenção” e, em conjunto com “Relatórios Parciais”, “Relatórios de Acompanhamento”).
- 3.2.3. Os Relatórios de Acompanhamento deverão também indicar a situação de eventual degradação dos demais BENS REVERSÍVEIS no período avaliado, devendo a CONCESSIONÁRIA adotar todas as providências necessárias para manter os BENS REVERSÍVEIS em bom estado de uso, observadas as diretrizes deste ANEXO, com informação constante à ARTESP mediante compartilhamento dos Relatórios de Acompanhamento. Caso os Relatórios de Acompanhamento indiquem necessidade de realização de ajustes, o trâmite indicado nos itens acima deve ser repetido.
- 3.2.3.1. Com 15 (quinze) dias de antecedência em relação ao término da CONCESSÃO, deverá ser entregue o Relatório de Inspeção Final que deverá descrever, em detalhes, as datas de vistorias e reuniões realizadas com suas respectivas atas, todas as não conformidades identificadas e corrigidas ao longo dos trabalhos da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, bem como outras informações consideradas relevantes pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, com um parecer final quanto ao cumprimento das condições de DEVOLUÇÃO ou TRANSFERÊNCIA previstas neste ANEXO.
- 3.2.3.2. As PARTES poderão, de comum acordo, optar pela contratação de RELATOR INDEPENDENTE para a elaboração dos relatórios previstos neste ANEXO, nos termos definidos abaixo.
- 3.2.3.3. O RELATOR INDEPENDENTE poderá ser ouvido quanto às conclusões apresentadas nos relatórios elaborados, previamente à decisão da ARTESP, inclusive caso tenha sido responsável pela sua elaboração.
- 3.3. O RELATOR INDEPENDENTE será escolhido pela CONCESSIONÁRIA entre um dos candidatos da lista tríplece apresentada pela CONCESSIONÁRIA e homologada pela ARTESP, nos termos abaixo, para que possa auxiliar a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO no âmbito dos procedimentos de DEVOLUÇÃO e/ou TRANSFERÊNCIA, nos termos deste ANEXO.
- 3.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para prévia homologação da ARTESP, no mínimo, 03 (três) empresas ou consórcios de empresas que reúnam as condições mínimas de qualificação para atuar como RELATOR INDEPENDENTE.
- 3.3.2. Não poderão ser contratadas como RELATOR INDEPENDENTE as seguintes pessoas jurídicas e/ou consórcios:
- que se encontre em cumprimento de pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração direta ou indireta do Estado de São Paulo, decorrente do artigo 87, inciso III, e artigo 88, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ou do artigo 47 da Lei Federal nº 12.462/2011;
 - que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a

Administração Pública de qualquer ente federativo, conforme previsto no artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

- iii. que tenha sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei Federal nº 9.605/1998;
- iv. que tenham registro de sanção, com efeito impeditivo de participação em licitação ou de contratação, nos cadastros a que se referem o artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013 e o artigo 5º do Decreto Estadual nº 60.106/2014;
- v. que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, de Lei Federal nº 12.529/2011;
- vi. que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
- vii. que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
- viii. que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
- ix. que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;
- x. que sejam sociedades cooperativas, tendo em vista a vedação constante do § 1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011;
- xi. que estiverem em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, bem como de insolvência, administração especial temporária ou intervenção, e ainda, cuja falência tenha sido decretada por sentença judicial.
- xii. que prestem serviço de verificador independente no CONTRATO ou possuam contrato vigente com a CONCESSIONÁRIA, ainda que com objeto diverso;
- xiii. cujos sócios tenham participação direta ou indireta na administração ou no quadro societário da CONCESSIONÁRIA;
- xiv. que tenham quaisquer funcionários, empregados ou prestadores de serviço que tenham, ou que tenham tido nos últimos 06 (seis) meses, vínculo de natureza trabalhista, estatutária, jurídica, técnica, comercial, econômica, financeira ou empresarial, com a CONCESSIONÁRIA, seus acionistas diretos, ou com a ARTESP.
- xv. que sejam PARTES RELACIONADAS com a CONCESSIONÁRIA ou de seus acionistas diretos e/ou indireto; e
- xvi. que, de alguma forma, possam ter sua independência e imparcialidade

comprometidas.

- 3.3.3. A ARTESP se manifestará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da indicação de que trata o item 3.3.1, acerca da adequação das empresas ou dos consórcios de empresas apresentados pela CONCESSIONÁRIA, devendo homologar ao menos 3 (três) empresas ou consórcios de empresas para atuação como RELATOR INDEPENDENTE.
- 3.3.4. Caberá à CONCESSIONÁRIA formalizar, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da homologação pela ARTESP, a contratação de 1 (uma) entre as empresas ou consórcios de empresas homologados pela ARTESP para atuar como RELATOR INDEPENDENTE.
- 3.3.5. Caso a ARTESP rejeite a lista de indicações apresentada pela CONCESSIONÁRIA ou homologue menos que 03 (três) empresas ou consórcios de empresas, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar outra lista com indicações complementares, nos termos das disposições acima, e assim sucessivamente, nos mesmos termos indicados no item 3.3.1, até que a ARTESP realize a homologação de empresa(s) ou consórcio(s) de 3 (três) empresas para atuação como RELATOR INDEPENDENTE nesta CONCESSÃO.
- 3.3.6. Caso, após a apresentação da segunda lista com indicações de empresas ou consórcios para atuação como RELATOR INDEPENDENTE, haja uma ou duas entidades homologadas, a CONCESSIONÁRIA ficará dispensada de apresentar novas indicações.
- 3.3.7. A rejeição, pela ARTESP, das opções de RELATOR INDEPENDENTE indicados pela CONCESSIONÁRIA, deverá ocorrer sempre de maneira motivada e fundamentada, mediante a indicação do(s) requisito(s) não atendido(s) pelas indicações da CONCESSIONÁRIA.
- 3.3.8. A ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão solicitar, a qualquer tempo, informações ou esclarecimentos diretamente ao RELATOR INDEPENDENTE, devendo o RELATOR INDEPENDENTE encaminhar quaisquer relatórios, laudos, informações ou esclarecimentos, simultaneamente, a ambas as PARTES, sem qualquer ciência ou anuência prévia de qualquer delas, ainda que seja a solicitante do relatório, laudo, informação ou esclarecimento.
- 3.3.9. O RELATOR INDEPENDENTE e seus prepostos não poderão ter tido nenhum tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas ter percebido qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses precedentes à constituição da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, nem poderão ter nenhum tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas perceber qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) posteriores à entrega do Relatório Final.
- 3.3.10. A elaboração da lista tríplice deverá obedecer, cumulativamente, aos critérios de ampla reputação técnica no mercado e inexistência de proibições para contratar com a Administração Pública.
- 3.3.11. Todos os custos e eventuais responsabilidades relacionados à contratação e atuação do RELATOR INDEPENDENTE serão exclusivamente atribuídos à CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer espécie de ônus à ARTESP, ao ESTADO DE SÃO PAULO e, ainda, à SUCESSORA, se houver.
- 3.3.12. Caso qualquer uma das PARTES discorde das conclusões contidas nos Relatórios previstos neste ANEXO apresentadas por RELATOR INDEPENDENTE, este poderá ser instado a se manifestar quanto aos métodos e resultados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, prorrogáveis mediante justificativa do RELATOR INDEPENDENTE.

- 3.3.13. Recebido os relatórios produzidos no âmbito deste ANEXO, a ARTESP deverá instaurar processo administrativo para análise quanto aos seus conteúdos.
- 3.3.14. Recebidos os Relatórios previstos neste ANEXO pela ARTESP, observado o disposto no item 3.3.13 acima, esta deverá analisá-lo e deliberá-lo em tempo hábil ao prosseguimento dos trabalhos.
- 3.3.15. A fim de conferir independência técnica das análises e conteúdos produzidos pelo RELATOR INDEPENDENTE:
- i. todos os documentos, relatórios, manuais, análises e estudos produzidos pelo RELATOR INDEPENDENTE, deverão ser disponibilizados em via digital, à CONCESSIONÁRIA e à ARTESP; e
 - ii. o RELATOR INDEPENDENTE goza de total independência técnica para realização dos serviços contratados, sendo que eventuais discordâncias quanto ao conteúdo do seu trabalho não ensejarão a aplicação de quaisquer penalidades, atrasos ou descontos sobre sua remuneração.
- 3.4. Termo de Recebimento Provisório
- 3.4.1. O Termo de Recebimento Provisório deverá ser assinado no último dia de vigência do CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA, pelo ESTADO DE SÃO PAULO e pela ARTESP, e, havendo SUCESSORA, esta deverá a ele anuir expressamente, configurando assim o término da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pela manutenção e operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO. O Termo de Recebimento Provisório indicará eventuais providências que ainda devam ser sanadas pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.4.2. Havendo condições previstas neste ANEXO pendentes de atendimento pela CONCESSIONÁRIA, estas deverão ser cumpridas segundo os regimes a seguir estabelecidos:
- i. Em caso de DEVOLUÇÃO ao ESTADO DE SÃO PAULO, o cumprimento das condições pendentes dar-se-á conforme cronograma a ser estabelecido pela ARTESP;
 - ii. Em caso de TRANSFERÊNCIA, caso não seja viável o cumprimento das condições pendentes até o termo contratual, o montante a elas equivalente será convertido em indenização a ser paga pela CONCESSIONÁRIA, a critério da ARTESP, a esta ou diretamente à SUCESSORA, sendo a indenização calculada na forma de reequilíbrio econômico-financeiro prevista no CONTRATO de CONCESSÃO que se encerra.
- 3.5. O Termo de Recebimento Provisório, retratará a situação dos BENS REVERSÍVEIS, constando os termos da sua aceitação e a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA.
- 3.5.1. Na hipótese de eventuais correções ou substituições a serem feitas pela CONCESSIONÁRIA, o Termo de Recebimento Provisório deverá indicar, de forma motivada, o prazo para a sua execução.

- 3.5.2. A ARTESP poderá determinar, no Termo de Recebimento Provisório, a entrega da documentação técnica e administrativa, bem como o repasse das orientações operacionais relativas aos SERVIÇOS DELEGADOS que ainda não tiverem sido entregues ou repassados pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.5.3. As correções e substituições realizadas pela CONCESSIONÁRIA com o objetivo de retornar os BENS REVERSÍVEIS às condições de uso, atualização tecnológica e manutenção, não gerarão direito a indenização ou compensação em seu favor.
- 3.5.4. A não realização das correções e substituições previstas no Termo de Recebimento Provisório implicará a fixação de indenização a favor da ARTESP, em valor correspondente aos serviços não realizados, além da aplicação das sanções previstas neste CONTRATO em razão do inadimplemento contratual.
- 3.5.5. Caberá à CONCESSIONÁRIA retirar, no prazo fixado no Termo de Recebimento Provisório, todos os bens utilizados na CONCESSÃO que não forem qualificados como BENS REVERSÍVEIS.
- 3.6. Transferência Provisória à SUCESSORA:
- 3.6.1. A assinatura do Termo de Recebimento Provisório implica a transferência da operação e manutenção do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, ou parte dele, à SUCESSORA, conforme Ato de Adjudicação do objeto da respectiva licitação vencida, mas não exime a CONCESSIONÁRIA da responsabilidade civil de manter o ESTADO DE SÃO PAULO e/ou a SUCESSORA indene, decorrente da garantia de vida útil prevista neste ANEXO.
- 3.7. Termo de Recebimento Definitivo
- 3.7.1. Decorrido o período de observação de 6 (seis) meses, contados do Termo de Recebimento Provisório, e estando cumpridas todas as obrigações da CONCESSIONÁRIA constantes deste último documento, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO.
- 3.7.1.1. Se nesse prazo estiverem atendidos todos os requisitos previstos no Termo de Recebimento Provisório, o Termo de Recebimento Definitivo informará a regularidade e autorizará a liberação da GARANTIA DE EXECUÇÃO.
- 3.7.2. Se, ao final de 6 (seis) meses contados do Termo de Recebimento Provisório, a CONCESSIONÁRIA não tiver cumprido todas as condições previstas neste ANEXO e no Termo de Recebimento Provisório, o Estado de São Paulo deverá ser indenizado e/ou a SUCESSORA pleiteará à ARTESP o desconto do valor da respectiva garantia, considerada a garantia fornecida pela CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO.
- 3.7.2.1. Em caso de devolução do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO ao ESTADO DE SÃO PAULO, será executada a garantia, em montante calculado na forma de reequilíbrio econômico-financeiro prevista no CONTRATO de CONCESSÃO que se encerra.
- 3.7.3. As responsabilidades finais da CONCESSIONÁRIA somente se encerrarão consoante Termo de Recebimento Provisório e Termo de Recebimento Definitivo, conforme o caso, sem eximir a CONCESSIONÁRIA, no entanto, de sua responsabilidade civil de manter o

ESTADO DE SÃO PAULO, a ARTESP e/ou a SUCESSORA indene, em decorrência da garantia de vida útil dos BENS REVERSÍVEIS previstas neste ANEXO e no ANEXO 02.

- 3.7.4 Para os fins do cálculo da indenização prevista no item 3.7.3, os custos unitários a serem adotadas devem ter como base aqueles praticados no mercado ao momento da apresentação do pleito. Na indisponibilidade de informações nas tabelas aqui referidas, deverão ser utilizados outros parâmetros como, por exemplo, os utilizados e publicados em revistas de engenharia nacionais e internacionais ou, caso indisponíveis, poderá ser realizada cotação no mercado, com, no mínimo, 3 (três) fornecedores.
- 3.7.5 Enquanto não expedido o Termo de Recebimento Definitivo não será liberada a GARANTIA DE EXECUÇÃO.
- 3.7.6 Até a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, independentemente do motivo do término do CONTATO, A CONCESSIONÁRIA não poderá realizar dissolução, partilha do patrimônio ou distribuir valores a qualquer título entre os seus acionistas, antes que a ARTESP, por meio do Termo de Recebimento Definitivo, ateste que os BENS REVERSÍVEIS encontram-se em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos e que esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas a ARTESP ou ao ESTADO DE SÃO PAULO, a título de indenização ou qualquer outro título.
- 3.7.7 A ARTESP incluirá, no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO e no TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, as sub-rogações ocorridas nos termos da Cláusula 41.2 do CONTRATO relativos às atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto da CONCESSÃO, bem como dos contratos de fontes de RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, cabendo à CONCESSIONÁRIA, quando possível, prever tal possibilidade em tais ajustes e tomar as providências necessárias para aditar os contratos indicados, em iguais condições às praticadas pela CONCESSIONÁRIA.

4. Transição

4.1. Obrigações da CONCESSIONÁRIA

- 4.1.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a garantia da continuidade da operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, bem como para a boa operacionalização da transição do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO ao Estado de São Paulo, à União ou à SUCESSORA:
- i. Disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO, incluindo histórico e projeto de todas as intervenções realizadas no COMPLEXO AEROPORTUÁRIO ao longo de toda a CONCESSÃO e demais documentos solicitados pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO ou ARTESP;
 - ii. Disponibilizar documentos operacionais relativos ao objeto da CONCESSÃO;
 - iii. Disponibilizar demais informações sobre a operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO;
 - iv. Cooperar com a SUCESSORA, e/ou com a ARTESP ou com a União para a transmissão adequada da operação do todo ou de parte do COMPLEXO

AEROPORTUÁRIO, bem como dos conhecimentos e informações a ele relativas, na forma a ser definida pela ARTESP;

- v. Permitir o acompanhamento da operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e as atividades regulares da CONCESSIONÁRIA pela ARTESP, pela União e/ou pela SUCESSORA;
- vi. Promover o treinamento de pessoal da ARTESP, da União e/ou da SUCESSORA, relativamente à operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, desde a assinatura do Termo de Recebimento Provisório até a do Termo de Recebimento Definitivo;
- vii. Colaborar com a SUCESSORA e ARTESP, com a União ou com a SUCESSORA na elaboração de eventuais procedimentos e relatórios requeridos no processo de transferência e transição;
- viii. Indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção do serviço pela ARTESP, pela União ou pela SUCESSORA;
- ix. Disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho da ARTESP, da União e/ou da SUCESSORA ou quem a ARTESP indicar, nesse período;
- x. Auxiliar no planejamento do quadro de funcionários;
- xi. Interagir com a ARTESP, com a União e/ou com a SUCESSORA e demais atores e agentes envolvidos na operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO;
- xii. Colaborar das demais formas indicadas pela ARTESP;
- xiii. Disponibilizar, no prazo determinado pela ARTESP, vídeo-registro georreferenciado mais recentemente realizado e demais documentos que constituam os inventários mais atualizados, que serão mantidos pela CONCESSIONÁRIA ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO.

4.2. Ações de Operação Assistida do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO

4.2.1. Nos últimos 3 (três) meses de vigência do CONTRATO da CONCESSIONÁRIA, a SUCESSORA, com o prévio conhecimento e aquiescência da CONCESSIONÁRIA e da ARTESP, poderá alocar pessoal no acompanhamento da operação e manutenção do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, a fim de se familiarizar com a operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO objeto da CONCESSÃO.

4.2.2. A ARTESP irá definir, oportunamente, as regras relativas à Operação Assistida, podendo impor novas obrigações à SUCESSORA dentro dos limites do dever de colaboração com a TRANSFERÊNCIA da CONCESSÃO à SUCESSORA.

4.3. Solução de Conflitos na fase de Transição

4.3.1. Em caso de discordância ou divergência na COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO sobre a necessidade de correções ou sobre o descumprimento de alguma das condições

mínimas previstas neste ANEXO, bem como em face das decisões da ARTESP, o membro insatisfeito deverá manifestar seu inconformismo, por escrito e fundamentadamente à ARTESP, com cópia para os demais membros, em até 15 (quinze) dias úteis do ato questionado, instruída com as alternativas de solução aos pontos impugnados ou ressaltados, com estimativa de custos, se for o caso. Os demais membros da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO poderão manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias da respectiva ciência do inconformismo.

- 4.3.2. As manifestações apresentadas serão analisadas pelo corpo da ARTESP, em até 15 (quinze) dias úteis, contados de seu recebimento.
- 4.3.3. Caso a divergência apresentada tenha sido objeto de análise pelo RELATOR INDEPENDENTE, suas conclusões serão vinculantes à CONCESSIONÁRIA, prevalecendo sobre suas manifestações anteriores, salvo na hipótese de comprovada ilegalidade, ou em relação a conclusões que a CONCESSIONÁRIA tenha, expressamente, manifestado discordância, no prazo de 5 (cinco) dias da ciência da conclusão do RELATOR INDEPENDENTE.
- 4.3.4. Sem prejuízo do disposto nos itens 3.3.8 e 4.3.1 acima, em caso de discordância da ARTESP quanto ao conteúdo dos Relatórios, inclusive se elaborados por RELATOR INDEPENDENTE, as divergências poderão ser dirimidas pelos métodos amigáveis de resolução de conflito previstos no CONTRATO.
- 4.3.5. A decisão do Conselho Diretor da ARTESP sobre o inconformismo do(s) membro(s) da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO tem força vinculante para esta, que deverá adotar, imediatamente após sua intimação, as medidas determinadas, visando à assinatura do Termo de Recebimento Provisório ou do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.3.6. A validação, pela ARTESP, dos trabalhos da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, inclusive dos Relatórios de Vistoria, observado o disposto no item 4.3.5, implica a plena aceitação, pela CONCESSIONÁRIA e pela SUCESSORA, das condições do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, sendo que qualquer ônus em que a SUCESSORA venha a incorrer em razão de vícios imprevisíveis e não resultantes de culpa ou dolo dos membros da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deverá ser tratado conforme disposição contratual da futura concessão.
- 4.3.7. É vedada a interferência, prejuízo, imposição de obstáculos ou ruptura de continuidade na prestação de serviços objeto do presente CONTRATO DE CONCESSÃO, bem como a imposição de qualquer ônus não decorrente do CONTRATO DE CONCESSÃO, à CONCESSIONÁRIA, no período de transição.
- 4.3.8. Toda e qualquer definição conjunta entre CONCESSIONÁRIA e SUCESSORA, referente ou não à fase de transição, e de caráter estritamente privado, que não interfira na prestação adequada do serviço concedido, deverá ser comunicada à ARTESP, mas não ensejará qualquer direito a reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA ou da SUCESSORA, nem poderá implicar qualquer ônus à ARTESP.
- 4.3.9. É permitida, também, a composição entre CONCESSIONÁRIA e SUCESSORA quanto aos bens que integram a CONCESSÃO e que deverão ser transferidos diretamente à SUCESSORA, desde que tal composição seja previamente aprovada pela ARTESP e não implique qualquer ônus à ARTESP, ao ESTADO DE SÃO PAULO ou à qualidade

da prestação de serviço ao usuário, razão pela qual dela não derivará qualquer direito a reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA ou da SUCESSORA.